



PARECER PRÉVIO Nº 6/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10144/2013

Apensos: Processos nsº 10106/2013 e 10013/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Urucurituba.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Edivaldo Silva Araújo, Prefeito à época.

6- Advogados: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2183/2014–MP/EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves, Procuradora de Contas (fls.2483/2486).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das Contas Anuais** sob a responsabilidade do **Sr. Edivaldo Silva Araújo** na Prefeitura Municipal de Urucurituba, no exercício de 2012, na forma do art. 1º, inciso I da Lei n. 2.423/1996.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho



PARECER PRÉVIO Nº 6/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

MARIO MANOEL COELHO DE MELO
Conselheiro-Presidente em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 6/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10144/2013

Apensos: Processos nsº 10106/2013 e 10013/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Urucurituba.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Edivaldo Silva Araújo, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa, à época.

6- Advogados: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2183/2014–MP/EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alves, Procuradora de Contas (fls.2483/2486).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício 2012.

Irregular. Multa. Prazo. Alcance. Determinação. Encaminhamento

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Edivaldo Silva Araújo**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucurituba, no curso do exercício de 2012, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c" da Lei n. 2.423/96, c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução n. 04/02-TCE;

10.1.2- Inabilitar o **Sr. Edvaldo Silva Araújo** por cinco anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança dos órgãos da administração Estadual, conforme o art. 56 da lei n. 2423/96;

10.2 – Aplicar Multa ao **Sr. Edivaldo Silva Araújo** no valor de **R\$ 13.152,37** (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pela impropriedades apontadas neste relatório/voto, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V e VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificados danos ao erário e praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de



ACÓRDÃO Nº 6/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.3 – Considerar em Alcançe o Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$ 7.732.230,06 (sete milhões setecentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta reais e seis centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao dano causado ao erário público, indicados no Relatório/voto e no Relatório Conclusivo nº 21/2013 da DICAMI às fls. 1955/2.075. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.4 – Considerar em Alcançe o Sr. Edivaldo Silva Araújo no valor de R\$ 6.807.419,67 (seis milhões oitocentos e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para os cofres da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao débito apurado nas obras e serviços de engenharia realizado no Município de Urucurituba, e causado dano ao erário público, listados no Relatório/voto e no Relatório Conclusivo da DICOP n. 145/2014 (Contratos de Obras e serviços), de fls. 2196/2482. Considerar solidariamente, os responsáveis pelas empresas contratadas, cada um em seu quinhão, com o Gestor e ordenador de despesas. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.5 – Determinar à Sepleno – Secretaria do Tribunal Pleno que, expirados os prazos, proceda, por meio do setor competente, à instauração de cobrança executiva, no caso do não recolhimento dos valores da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

10.6 – Encaminhar cópia deste processo ao Ministério Público Estadual do Amazonas, em conformidade com Parecer Ministerial de Contas, na forma do art. 114, inciso III, da LEI N. 2423/96, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa durante sua gestão na Prefeitura Municipal de Urucurituba.

11- Ata: Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral